

INTERFACE DA PSICOLOGIA NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS

Eline Soares Firmo (1); Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro (2).

(1) *Graduanda em psicologia, Universidade Federal de Alagoas – UFAL, elineef@hotmail.com;* (2) *Prof^ª Dr^a em psicologia, Universidade Federal de Alagoas – UFAL, xiliribeiro@gmail.com.*

RESUMO

Esta pesquisa buscou ampliar o conhecimento sobre atuação da Psicologia nas Políticas Públicas do Estado de Alagoas na perspectiva da prevenção e controle social dos desastres, articulando saberes e fazeres nos campos acadêmicos e governamentais. Elegeu as Práticas Discursivas e Produção de Sentido como o referencial teórico e metodológico, para nortear a compreensão dos discursos presentes nos diversos cenários definidos como campo de investigação. Para tal, iniciou com o estudo teórico dos conceitos de desastres, prevenção de desastres e controle social relacionado às Políticas Públicas, presentes na literatura acadêmica. Fundamentando-se na discussão teórica foram mapeadas qualitativamente, a partir de sites e visitas a Instituições, as ações governamentais desenvolvidas nos municípios do Estado de Alagoas para o enfrentamento da seca, em termos das características de prevenção e do controle social. A análise possibilitou o conhecimento do Programa Água Doce (PAD) e a sua implementação, que visa a ser uma política permanente de acesso à água de boa qualidade, por meio do uso sustentável e de uma gestão participativa. Essa característica do PAD abre a possibilidade da atuação da Psicologia nas Políticas Públicas do Estado de Alagoas na perspectiva de prevenção e controle social para o enfrentamento da seca.

Palavras chave: Psicologia. Prevenção. Controle Social.

INTRODUÇÃO

O nordeste brasileiro é caracterizado pelo fenômeno da seca e, por muitos anos, foi tradicionalmente objeto de estudo da geografia. Entretanto, outras áreas das ciências humanas e sociais têm aproximado da temática em função das consequências dos seus efeitos. Na área da Psicologia, especificamente, o campo dos desastres ainda é limitado, tendo a aproximação do tema desastres com a fundação de uma Associação Nacional, em 21/09/2012¹. As ações dos psicólogos nessa área têm sido direcionadas para o atendimento às vítimas dos desastres, focalizando especialmente o tratamento dos sintomas decorrentes da situação vivida. Entretanto, uma mudança nas diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (BRASIL, 2012) propõe uma ênfase na prevenção dos desastres.

As ações de prevenção e mitigação dos efeitos da seca e conseqüentemente o combate à desertificação são direcionadas por programas com a participação da sociedade. Em várias dessas ações os psicólogos podem estar inseridos, o que nos leva a concordar com o posicionamento de

1 ABRAPEDE – Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres, História. Disponível em: <<http://www.abrapede.org.br/abrapede/historia/>> Acesso em: 24 Out 2016.

Ângela Coelho (2011) ao considerar que não é preciso deslocar profissionais de fora para atuar nas situações de desastres. Os psicólogos que atuam junto às Políticas Públicas são conhecedores daquela realidade e os mais indicados para desenvolver os trabalhos necessários.

A presente pesquisa manteve-se no interesse de ampliar a atuação da Psicologia, focalizando neste sentido as ações relacionadas à prevenção e controle social dos desastres, mais especificamente no Programa Água Doce, direcionado para o enfrentamento da seca nos municípios do semiárido do Estado de Alagoas. Assim sendo, teve como objetivo a análise de documentos de domínio público que possam ampliar o conhecimento da possibilidade de atuação da Psicologia, na perspectiva da prevenção e controle social dos desastres no campo das políticas públicas. Para tal realiza um mapeamento dos programas de enfrentamento da seca desenvolvidos nos municípios do semiárido do Estado de Alagoas; e identifica o Programa Água Doce, como uma das possibilidades em seu processo de implementação nos municípios do semiárido do Estado de Alagoas, por suas características de prevenção e controle social.

METODOLOGIA

Os materiais que compuseram o corpus desta pesquisa foram os programas de enfrentamento da seca, especialmente o documento do Programa Água Doce, desenvolvidos nos municípios do Estado de Alagoas e divulgados pelos órgãos públicos, como o portal da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH).

Procedimentos

A investigação das ações governamentais desenvolvidas nos municípios do Estado de Alagoas para o enfrentamento da seca foi realizada por meio das seguintes etapas:

1. Mapeamento dos programas desenvolvidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH);
2. Análise dos documentos que constituem o Programa Água Doce, identificando o processo de implementação;
3. Configuração das características de prevenção e controle social do Programa Água Doce;
4. Acompanhamento das ações desenvolvidas pelo Programa Água Doce, publicadas no site da SEMARH;
5. Discussão das possibilidades de inserção da Psicologia no processo de implementação do Programa Água Doce.

Análise

Consistiu em identificar os repertórios linguísticos presentes nos documentos, que caracterizam os aspectos preventivos e de controle social, fundamentada no referencial teórico e metodológico das Práticas Discursivas e Produção de Sentido (SPINK, 1999), que prioriza a linguagem em uso como objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região do Sertão localizada no nordeste brasileiro é marcada pela escassez de água e por longos períodos de estiagem, dificultando o crescimento da economia local. Por essa razão, instituições governamentais (ou não governamentais) efetuam ações, a fim de contribuir no desenvolvimento do semiárido, como afirma Suassuna (2002).

No entanto, durante muito tempo, houve uma ideia de combate à seca, em que as ações realizadas, tanto pela comunidade quanto pelo Estado, começaram a provocar degradação do solo, devido ao desmatamento e despejo inadequado dos resíduos sólidos, além da contaminação de água por mau uso, agravando ainda mais o sustento da região (SILVA, 2003). Com isso, percebeu-se a partir das experiências anteriores, a necessidade de elaborar ferramentas de controle social e prevenção de desastres nas ações efetivadas pelo governo.

Entende-se por controle social, a participação da sociedade na gestão, fiscalização e monitoramento das ações públicas (ACHARYA *et al.*, 2004), responsabilizando-se pelo meio na qual está inserida, e fazendo-se atuante na vida política ao passo que é cidadão ou cidadã. Enquanto prevenção de desastres significa, baseando-se na Lei 12.608 (BRASIL, 2012), uma forma de atenuar e prevenir os danos causados pelos desastres. Diferindo de mitigação, que corresponde a uma ação paliativa e não resolutive dos efeitos ocasionados pelos desastres².

No Estado de Alagoas, mais da metade dos municípios são suscetíveis à desertificação, fazendo com que a presença de Programas para o enfrentamento da seca seja necessária para essa população. Para mapear esses programas, os recursos utilizados foram a busca de documentos em duas Instituições - Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) e Instituto Terra Viva (ITV)³ – e, em sites da Internet, selecionando aqueles que mencionam projetos relacionados à seca.

Por meio do mapeamento obtiveram-se seis (6) ações, as quais foram classificadas pelos marcadores de Prevenção (P), Mitigação (M) e Controle Social (CS).

Quadro 1: mapeamento das ações realizadas do Estado de Alagoas

Ações	Descrição	Marcador(es)
Carro Pipa	Oferta de água no Período de Estiagem	M
Perfuração de Poços	Captação de Água Subterrânea	M
Recuperação de Nascentes	Recuperar Nascentes	P
Canal do Sertão	Complexo sistema para o transporte de água	P
Programa Água Doce	Implantação de dessalinizadores sociossustentável	P e CS
Programa Água para Todos	Instalação de cisternas	P

² Diante dos estudos do fenômeno da seca, enquanto desastre (DIESEL; FAVERO, 2008), considera-se prevenção uma ação que tem como objetivo assegurar o acesso à água de forma permanente, contribuindo para o enfrentamento dos possíveis efeitos das mudanças climáticas. Enquanto mitigação seria aquela que ocorre de forma pontual e paliativa, sem a finalidade de tornar-se uma política permanente de acesso aos recursos hídricos e convivência com a seca.

³ O Instituto Terra Viva, antigo Movimento Minha Terra, é uma Organização Não Governamental criada em 1996 que possui uma militância pautada da educação ambiental e sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.terraviva.org.br/quemsomos.php>> Acesso em: 11Jul 2016.

Mureta de Pedras	Uma tecnologia social ⁴ que consiste no empilhamento em nível de pedras para contenção de água	P e CS
------------------	---	--------

Fonte: autora, 2016.

É importante destacar que os programas identificados com os indicadores de prevenção de desastres e controle social, apresentam repertórios linguísticos que os caracterizam dessa forma, desde a elaboração do projeto até sua implementação e gestão. Ou seja, a comunidade é coparticipante de todo processo, no qual a sua ação é fundamental para que o Programa aconteça, e no aspecto preventivo, busca-se impedir danos causados pelos desastres. Os programas Mureta de Pedras e Programa Água Doce realizados pela ITV e SEMARH, respectivamente, apresentam essas características.

Diante dos resultados encontrados e para fins da pesquisa, focalizou-se a análise do documento sobre o Programa Água Doce (PAD), que corresponde a uma ação do governo que visa “estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO, 2010, p. 16).

O documento base do Programa Água Doce (2010) está estruturado em duas partes, organizado por dez capítulos. Na primeira parte encontra-se sobre o Programa e sua contextualização, apresentando seus objetivos, arranjo técnico e institucional, metodologia, resultados obtidos e expectativas. A segunda parte traz os manuais e especificações técnicas para a operacionalização do PAD.

A análise foi realizada a partir da Primeira Parte do documento, que descreve o processo de implementação. Este processo está estruturado em três (3) fases: planejamento; início das atividades nas comunidades e; manutenção e monitoramento. Na primeira fase há a contratação e capacitação da equipe técnica estadual, que irá definir e realizar o diagnóstico dos municípios selecionados, elaborando, com isso, o planejamento. Na segunda fase é feita a mobilização social com a comunidade, para que se estabeleçam bases sólidas de cooperação e participação social, como mecanismo na gestão do sistema é construído acordos locais. São também iniciadas as obras civis dos dessalinizadores. Na terceira fase é formalizado o acordo com a comunidade local, em que é dada a continuidade da manutenção dos equipamentos e monitoramento da qualidade da água.

Observou-se, na análise do processo de implementação do Programa Água Doce, que os repertórios linguísticos recorrente no documento foram: uso sustentável; cuidado ambiental; participação social; descentralização; forma participativa. Configura-se, dessa maneira, uma política pública pautada na sustentabilidade do meio e no controle social, como dispositivo de continuidade do Programa.

A descentralização das atividades do PAD é um mecanismo de controle social, em que todos os usuários ou beneficiados são responsáveis pelo sistema. Esse exercício participativo teria o potencial de desenvolver não somente um sentimento de pertencimento do cidadão à sociedade, consoante Oliveira (2013), mas também colabora com a legitimação de instituições públicas. Porém, afirmar a presença da comunidade local na atuação do programa, não garante o controle social, ou seja, ter a população como caráter para a implementação do sistema é uma pré-condição

4 Tecnologia Social compreende uma técnica ou metodologia desenvolvida na interação com a comunidade, podendo auxiliar saber popular, organização social e conhecimento científico. Definição da Fundação do Banco do Brasil – FBB. Disponível em: <<https://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/>> Acesso em: 27 Jul 2016.

para que o controle ocorra. A fim de que a população realmente participe é necessário que todos entendam "por que participar e como participar" (PELICIONI; SILVA, 2013, p. 566).

Daí a importância do componente de mobilização social no processo de implementação e a construção de acordos locais, que funcionam como dispositivos auxiliares na formação da gestão do sistema na comunidade e possibilitam a duração do Programa.

A prevenção de desastres foi identificada na metodologia do PAD, quando se refere ao "aproveitamento da água salobra e do concentrado dos sais provenientes do processo de dessalinização" (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO, 2010, p. 48), e ao uso sustentável de recursos hídricos, contribuindo para o enfrentamento de possíveis mudanças climáticas.

Outro fator preventivo pode-se atribuir à população assistida, cujo Programa, através do diagnóstico, prioriza atender às que mais necessitam.

"Assim, os municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), altos percentuais de mortalidade infantil, baixos índices pluviométricos e com dificuldade de acesso aos recursos hídricos serão os primeiros a serem contemplados pelos planos" (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO, 2010, p. 16).

Em vista disso, é possível afirmar que tanto o controle social quanto a prevenção de desastres perpassam na formulação, implementação e manutenção do Programa Água Doce, cujos repertórios de sustentabilidade e forma participativa estão implicados na gestão, possibilitando novas relações da comunidade com o meio em que vive. Pretende-se, desse modo, que esses municípios assistidos sintam-se parte do ambiente, garantindo a autonomia na gestão dos sistemas de dessalinização.

CONCLUSÃO

A ênfase na prevenção e controle social foi influenciada pelo direcionamento dado pela lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, que apresenta em suas diretrizes a priorização de ações preventivas para a minimização dos desastres, bem como a participação da sociedade civil.

A presente pesquisa buscou mapear os programas de enfrentamento da seca desenvolvidos nos municípios do semiárido do Estado de Alagoas, noticiados pelos meios virtuais e visitas institucionais dos municípios alagoanos relacionadas à seca. Muitas dessas ações são de prevenção e mitigação dos efeitos da estiagem; no entanto, algumas têm a participação da sociedade, Programa Água Doce (PAD) e Mureta de Pedras, como fundamental.

Esses resultados permitem considerar que a inserção dos psicólogos nesse campo das Políticas Públicas, poderia ocorrer principalmente nos programas que tem clara participação da comunidade, entretanto ainda não foi identificada a sua presença nesse contexto.

A fim de ampliar as discussões da atuação da Psicologia nas Políticas Públicas do Estado de Alagoas na perspectiva de prevenção e controle social para o enfrentamento da seca, elegeu-se aprofundar o conhecimento sobre o Programa Água Doce (PAD), que visa a ser uma política permanente de acesso à água de boa qualidade, por meio do uso sustentável e de uma gestão participativa, especialmente no seu componente de mobilização social, no qual se acredita que

haverá maior possibilidade de inserção da Psicologia. Essa característica do PAD abre a possibilidade para problematizar e desconstruir a ideia de uma Psicologia individualizante e patologizante, mas aberta ao diálogo entre os saberes e fazeres da psicologia e das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, A. *et al.* Lugares e atores da democracia: arranjos institucionais participativos e sociedade civil em São Paulo. In: Coelho, V.S.P.; Nobre, M. (Org). São Paulo: Editora 34, 2004.p. 255-367.

BRASIL. *Lei de nº 12.608*, de 10 abril de 2012. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 abril 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm> Acesso em: 21 Jan 2016.

COELHO, A.. Percepção de risco no contexto da seca: um estudo exploratório. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP). Psicologia de Emergência e Desastres na América Latina: Promoção de direitos e Construção de estratégias de atuação. (p. 33-50). Brasília: CFP, 2011.

DIESEL, V.; FAVERO, E.. A seca enquanto um hazard e um desastre: uma revisão teórica. *Aletheia* 27(1), p. 198-209, jan/jun. 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO. Programa Água Doce: Documento Base. Brasília-DF, 2010.

OLIVEIRA, A. M. C. *et al.* Controle social no SUS: discurso, ação e reação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(8):2329-2338, 2013.

PELICIONI, M. C. F.; SILVA, E. C.. Participação social e promoção da saúde: estudo de caso na região de Paranaipacaba e Parque Andreense. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(2):563-572, 2013.

SILVA, R. M. A.. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. *Soc. estado*. [online]. 2003, vol.18, n.1-2, pp.361-385. ISSN 0102-6992. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922003000100017>>. Acesso em: 13 Jul 2016.

SPINK, M. J. P. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

SUASSUNA, J.. Semi-árido: proposta de convivência com a seca. Fundação Joaquim Nabuco, 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=659&Itemid=376>. Acesso em: 25 Jul 2016.